

O DESEMPREGO EM SITUAÇÃO: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL (*)

UNEMPLOYMENT IN SITUATION: A PSYCHOSOCIAL STUDY

Belinda Mandelbaum (**)

RESUMO

Este artigo realiza um estudo psicossocial sobre as repercussões do desemprego em trabalhadores pobres e suas famílias. Apresenta algumas ideias centrais de autores que participam do debate contemporâneo sobre o tema (JAHODA, 1987; CASTEL, 1997; DEJOURS, 1999; FEITOSA DOS SANTOS, 2000), para em seguida trazer alguns achados de sua pesquisa, realizada junto à população desempregada atendida em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da cidade de São Paulo, entre 2000 e 2004. A discussão dos elementos encontrados sugere que, diante do trauma suscitado pela vivência do desemprego, a família acaba por ser o núcleo central de elaboração, o território que resta para uma reorganização pessoal da nova realidade situacional que o desemprego vem a gerar, embora não possa atender às demandas materiais e emocionais supridas anteriormente, ainda que de forma precária, pela inserção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Desemprego, Trabalhadores pobres, Famílias, Estudo psicossocial.

ABSTRACT

That paper carries out a psychosocial study on the repercussions of unemployment in poor workers and their families. After a presentation of some ideas from authors who participate in the contemporary debate on the theme (JAHODA, 1987; CASTEL, 1997; DEJOURS, 1999; FEITOSA DOS SANTOS, 2000), she shows some findings of her own research, carried out with the unemployed population attended at a Reference Center for Workers' Health in the city of São Paulo, between 2000 and 2004. The findings discussion suggests that in face of the trauma provoked by the unemployment experience, the family tends to be the central nucleus of elaboration, the remaining territory for a personal re-organization of the new situational reality that unemployment generates, although it cannot meet the material and emotional demands that were previously supplied, even though precariously, by insertion in the work world.

Keywords: Unemployment, Poor workers, Families, Psychosocial study.

(*) Trabalho apresentado no evento “Crise, desemprego e realidade brasileira”, organizado pelo Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) no Instituto de Psicologia da USP, maio de 2009.

(**) Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em que coordena o Laboratório de Estudos da Família. E-mail: belmande@usp.br.

As repercussões psicossociais do desemprego constituem tema sobre o qual pesquisei por cinco anos junto a trabalhadores desempregados pobres, homens e mulheres com pouca ou nenhuma qualificação, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Freguesia do Ó, cidade de São Paulo. Apresento primeiramente aqui alguns achados e reflexões importantes de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema em diversos países do mundo, tornando-se referências para o campo, para, em seguida, trazer alguns dos elementos que pude observar em meu trabalho, realizado entre os anos de 2000 e 2004⁽¹⁾.

Pesquisadores (JAHODA, 1987; CASTEL, 1997; DEJOURS, 1999; FEITOSA DOS SANTOS, 2000) que se aprofundaram no exame das determinações e consequências psicossociais do desemprego permitiram o surgimento, a partir de suas observações, de um certo amálgama de ações e comportamentos sociais e sua tradução no interior de linguagens que visaram a descrever as dinâmicas intrasubjetivas de cada homem, bem como as relações entre eles, tendo como eixo de indagação a vivência do desemprego.

Marie Jahoda (1987), que estudou as consequências sociopsicológicas do desemprego em dois contextos tão distintos quanto a Europa dos anos 30 e dos anos 80, inicia o seu trabalho dizendo da dificuldade de se chegar a uma definição única do que seja desemprego: ele varia entre os países e entre as épocas, mesmo em seus aspectos legais. Para os fins de sua pesquisa, ela considera desempregada a pessoa que, num momento dado, encontra-se sem emprego embora quisesse tê-lo ou que, quando não tem um posto de trabalho, depende de um auxílio econômico para subsistir. Em nosso trabalho, optamos por adotar esta definição, por considerá-la ao mesmo tempo precisa e abrangente para o exame do campo de investigações.

Jahoda adota, como referencial teórico para a compreensão das consequências sociopsicológicas do desemprego, o modelo da privação. O que esse modelo sugere, em síntese, é que se pode interpretar as consequências da perda do emprego a partir das funções que desempenha ter um emprego, ou seja, o ganho de um salário, a imposição de uma estrutura temporal, o estabelecimento de vínculos pessoais e de experiências compartilhadas fora da família, a proposição de objetivos que transcendem o indivíduo, situando-o numa dimensão coletiva mais ampla, a atribuição de um *status* e de uma identidade social e a obrigação de manter um certo nível de atividade. O emprego, enquanto modalidade historicamente determinada do trabalho, tem, para Jahoda, um caráter constitutivo da subjetividade humana, na medida em que os homens, por meio dele, não só produzem coisas, mas produzem a si mesmos nesse processo. A partir da consideração destes elementos constitutivos da subjetividade propiciados pela situação de trabalho, Jahoda investiga as diferentes experiências subjetivas produzidas pela realidade objetiva do desemprego — as significações geradas pela perda de elementos outrora providos pelo trabalho. Assim, para além das consequências estreitamente ligadas ao empobrecimento material, Jahoda observa outras em que a conexão com a perda do emprego enquanto conjunto de atividades com implicações psicológicas e sociais parece ser mais

(1) Os dados aqui apresentados são parte de minha tese de doutorado, *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*, realizada sob a orientação da Profa. Sylvia Leser de Mello e apresentada ao Instituto de Psicologia em maio de 2004.

visível do que com a perda de poder aquisitivo. São elas: a perda da estrutura temporal habitual e do sentido do tempo; a falta de objetivos, de um sentido de finalidade; a exclusão de uma sociedade mais ampla, um relativo isolamento social e a perda do sentido de identidade produzido no e pelo trabalho. Indo ao encontro das observações de *Jahoda* em relação à importância que ela confere ao trabalho para a constituição subjetiva e para a manutenção de um certo equilíbrio psíquico, *Freud* (1930, p. 99), numa longa nota de rodapé ao texto *O mal-estar na civilização*, diz:

Não é possível, dentro dos limites de um levantamento sucinto, examinar adequadamente a significação do trabalho para a economia da libido. Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade.

Trabalho como fonte de subsistência, em pelo menos dois sentidos: asseguramento das condições materiais necessárias à manutenção da vida pessoal e dos dependentes, mas também das condições materiais e sociais nas quais são possíveis a expressão e realização da identidade pessoal e a manutenção de um equilíbrio psíquico que depende de um certo ordenamento temporal e das possibilidades de deslocamento de componentes libidinais que encontram no trabalho, particularmente no trabalho realizado por livre escolha, amplas possibilidades de sublimação.

Christophe Dejours (1999), utilizando como referencial teórico a compreensão advinda dos estudos em psicodinâmica do trabalho, mostra como a perda do trabalho impõe um processo de dessocialização progressiva que ataca os alicerces da identidade, na medida em que o reconhecimento do trabalho, ou da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção de sua identidade. Trabalhar, para ele, tal como para *Jahoda*, não se restringe apenas à atividade de produção, mas é inserção numa experiência coletiva de produção de sentidos sobre o mundo, sobre o trabalho e sobre si próprio. O trabalho de *Dejours* mostra como a realidade do desemprego cria, mesmo para os que estão empregados, uma situação de precarização e de permanente ameaça da qual o coletivo dos trabalhadores defende-se por meio de estratégias individuais e coletivas de defesa. Por intermédio dessas estratégias, os indivíduos, coletivamente, consentem em submeter-se e são agentes de uma verdadeira “máquina de guerra econômica” (p. 16).

O sociólogo *Robert Castel* (1997, p. 22-23) pensa o problema do desemprego “na conjunção de dois vetores: um eixo de integração/não integração pelo trabalho e um eixo de inserção/não inserção em uma sociabilidade sociofamiliar”, mostrando como o desempregado, para além de sua exclusão do mundo do trabalho, “exprime um modo particular de dissociação do vínculo social”. O que *Castel* enfatiza é que o desemprego

lança os homens numa situação de fratura com o social, de ruptura dos vínculos de sociabilidade, para além das privações materiais impostas pelo empobrecimento decorrente desta condição. Ao definir estes dois eixos entrecruzados, *Castel* mostra como a intensidade da ruptura com o social e do isolamento do desempregado vai depender das redes familiares e sociais que irão garantir, ou não, a inserção do trabalhador excluído ou em relação precária com o mundo do trabalho. E, neste sentido, a tragédia de nossos dias parece advir, para *Castel*, de uma situação na qual, à precariedade e falta de vínculos de trabalho, soma-se uma crise da família enquanto grupo social capaz de conter e garantir a inserção social do desempregado.

Em nosso país, *Feitosa dos Santos* (2000) realizou um trabalho de pesquisa com trabalhadores desempregados que frequentavam os pátios do SINE (Sistema Nacional de Emprego — Ceará), local em que pôde observar e conversar longamente com as pessoas que lá vão todos os dias em busca de uma colocação profissional. Seu intuito, como ele próprio diz, era “compreender a questão do desemprego sob a óptica do desempregado” (p. 15), “realizar um estudo subjetivo de uma categoria social” (p. 25). As entrevistas — que segundo os depoentes funcionavam como espaços de reflexão, de “terapia” — revelaram, a um pesquisador sensível à experiência vivida por eles, o sofrimento desencadeado por esse evento da vida, o sentimento de exclusão, de “interrupção de um percurso”, de perda, muitas vezes de choque e de impossibilidade de pensar, mas também as estratégias de sobrevivência e o papel das redes familiares e sociais como suporte de enfrentamento. Nessas entrevistas, os trabalhadores podiam lembrar as suas histórias de trabalho e de demissão e as repercussões de suas experiências em seu mundo pessoal, em seus sonhos, em suas famílias e em seus grupos de convivência. Após explicitar e descrever os sentimentos percebidos e falados em sua convivência com os desempregados — o medo, a vergonha, o desgaste, a frustração, a violência, a indignação, a irritabilidade, a tristeza, a humilhação, a solidão, a incerteza, a inutilidade, a depressão, o fracasso, a culpa —, ele chega a propor o conceito de *síndrome subjetiva do desemprego*, referindo-se a esta “pandemia da contemporaneidade” desencadeada pelo desemprego, um “sofrimento que se transforma em agravos à saúde de seus reféns” (p. 290), “uma coletânea de problemas funcionais, com ou sem substrato orgânico” (p. 292), cujos agentes etiológicos seriam os próprios sentimentos citados acima.

Os autores que até aqui apresentamos estabeleceram os seus campos de investigação na tentativa de significar o impacto do desemprego nos indivíduos desempregados, ou sobre os quais paira a ameaça do desemprego. *Jahoda* e *Castel* privilegiam em seus estudos a descrição das alterações nas situações de vida, nos vínculos de sociabilidade, nas relações com o tempo e com os espaços sociais dos sujeitos implicados. *Dejours* e *Feitosa dos Santos* privilegiam as implicações da condição de desemprego no estado emocional dos sujeitos desempregados. É claro que, ao resumir deste modo os trabalhos desses investigadores, estamos apenas ressaltando os vetores principais de seus estudos, pois a investigação do efeito do desemprego nos homens desenvolve-se num campo complexo de estudos, que é o da interação entre a realidade sociopolítico-econômica e a vida psíquica. A situação de desemprego traz para os implicados uma urgência por realizar uma elaboração que leve em consideração tanto os assim chamados dados subjetivos da biografia pessoal quanto os dados da assim chamada realidade externa.

Nos manuais de economia, nos artigos de jornais, nas notícias veiculadas pela televisão, o desemprego emerge como um número ou um dado ou um fato por assim dizer ideacional. Ele é um aspecto que faz parte de uma leitura da realidade. Em todos esses casos, o desemprego é tratado como uma representação — em sua condição de dado ou mesmo de fato social de nossa realidade —, ou uma ideia — em sua condição de número, em qualquer das inumeráveis pesquisas apresentadas. Porém, o testemunho da experiência direta com o desempregado nos põe em contato imediato com uma realidade que não é simples representação ou ideia, pois não se trata de meras interpretações ou leituras sobre o desemprego, tais como as que podemos depreender dos manuais e notícias de jornal, que visam a oferecer um retrato ou uma explicação ao fato. A experiência direta com o desempregado agrega à visão “teórica”, se assim pudermos nos expressar, uma dimensão orgânica, o aspecto ativo de cada um dos implicados. O que frequentemente denominamos de vida psíquica nada mais é do que esse aspecto ativo da vida humana, o traço singular emotivo e ideativo que se traduz na experiência de vida de cada um, em cada movimento que realiza, em cada gesto que atualiza, em cada palavra que emite.

Poder-se-ia argumentar que a realidade de vida das pessoas desempregadas é advinda inteiramente de um modo de funcionar econômico que promove a catástrofe do desemprego e, portanto, psicologizar neste contexto — adentrar a vida psíquica dos implicados — seria algo assim como um trabalho de perfumaria que, quaisquer que fossem os achados, quaisquer que fossem as considerações realizadas, significaria nada ou muito pouco, uma vez que não seria nesse campo que encontraríamos as reais determinações para a realidade do desemprego. E, de fato, quão equivocada é, diante da realidade econômica em andamento, a tão propagada responsabilidade pessoal pela vida no mundo do trabalho! Mas, hoje em dia, creio que já não é mais possível tecer considerações sobre o homem reduzindo-o a um objeto da história. Todos os homens, de algum modo, se emanciparam. Pelo menos, foram emancipados no campo das teorias. E, portanto, devem pagar o preço por essa emancipação. Devem pagar o preço de serem vistos como sujeitos de sua história, responsáveis por ela. Esta leitura não tem volta, mesmo quando os dados da realidade, como em nosso país, apresentam gigantescas parcelas da população desprovidas das condições mínimas necessárias tanto de consciência, isto é, de educação, quanto de participação política e social para poderem ser plenamente chamados de cidadãos. Faz parte do imaginário em todas as camadas sociais, inclusive nas mais pobres, como pudemos ver em nosso trabalho, assumir para si uma parcela da responsabilidade pelo seu destino no mundo do trabalho, seja por meio do fator idade ou nível de formação, seja pelo lugar em que se mora, disponibilidade para trabalhar etc. E espera-se que cada um pessoalmente se fortaleça para, fazendo o melhor possível, aperfeiçoar o seu currículo — ter um “currículo bom”, como me disse um desempregado —, requalificar-se ou mobilizar-se atrás de uma vaga, portando todos os recursos pessoais de que dispõe para encontrar um lugar no sistema produtivo. E uma leitura que reduza os homens a objetos do acontecer histórico de algum modo anularia esse processo emancipatório de cada um como indivíduo em relação à tessitura social. Por isso, aceitamos o caminho da implicação pessoal. Evita a idealização a que levaria colocar todas as pessoas com que lidamos em nosso trabalho na posição de vítimas do sistema. Claro que são vítimas, claro que sobre elas se abate uma funesta realidade, diante da

qual suas biografias pessoais os responsabilizam em menor medida. E elas sabem disto, dada a profunda queixa que emitem sobre o social maior, o modo como compreendem e avaliam a ação do sistema de mercado e a recorrente transformação de sua força de trabalho em mercadoria. Cabe-nos também compreender essa queixa como um processo de resistência diante dos violentos mecanismos em jogo na dinâmica dos mercados. No entanto, todos eles não apenas incorporaram todo o mundo de representações e de ideias que são veiculadas pelos meios de comunicação a respeito de si e de seus destinos como brasileiros, como põem em funcionamento esse campo ideológico a partir dos seus limites e possibilidades, advindos de suas histórias pessoais. Eles, por assim dizer, “vestem a camisa” de serem desempregados no Brasil do início do séc. XXI, e atuam a partir desse marco identitário, produzindo assim também a realidade de suas existências. Implicá-los é respeitá-los para ganharmos uma melhor compreensão da séria situação que atravessam, da terrível demanda que emerge para a sociedade como um todo a partir do drama de suas condições e do impacto de suas situações na vida social. Os implicamos sem esquecer que suas realidades como desempregados têm sua origem no marco das políticas macroeconômicas que estão em andamento em nosso país.

O nosso próprio estudo realizou-se na tentativa de acompanhar e observar homens e mulheres desempregados, e também suas famílias. Pesquisas que tratam da questão do impacto da perda de emprego na família, realizadas em diversos países, apontam consistentemente para fenômenos tais como a elevação do nível de conflito, tensão e *stress* — perturbações emocionais que atingem todos os membros da família — e o aumento da frequência de separações, divórcio e violência doméstica⁽²⁾. Diversos autores apontam também para a urgência de serviços de atendimento psicológico e social que ofereçam suporte para essas famílias⁽³⁾.

A família, de algum modo, é violentada quando um de seus membros vê-se excluído da esfera do trabalho, e é a própria família um dos espaços privilegiados para a emergência de estratégias possíveis para o enfrentamento dessa situação. Em nossa pesquisa, partimos da hipótese de que a família pode oferecer-se como um espaço de elaboração diante da violência do real, que impeça os seus membros de sucumbir a ela. Mas, levamos em consideração também que o espaço familiar pode ser plenamente contaminado por essa violência e repetir em seu interior, nas situações do cotidiano familiar, a mesma violência executada em seu exterior, promovendo o pesadelo de legitimar o lugar da incapacidade para a execução de funções sociais de seus membros. Pude observar que o desemprego significa, para cada uma das famílias com que tive contato, a explicitação de uma ferida real. Numa realidade tão carente, cheia de fraturas na história cultural, na biografia pessoal e na sociabilidade com o entorno — mesmo quando em atividade de trabalho —, a interrupção do precário salário mensal resulta numa urgência de fazer

(2) Para um levantamento detalhado de dados estatísticos que relacionam desemprego e conflitos familiares, ver DEW, M.A. Effects of unemployment on mental health in the contemporary family. Em: *Behavior Modification*, 1991, vol. 15(4): 501-544; PRICE, R. H. Psychosocial impact of job loss on individuals and families. Em: *Current directions in Psychological Science*, 1992, vol. 1(19):9-11; e SCHWEBEL, M. Job insecurity as structural violence: implications for destructive intergroup conflict. Em: *Peace and conflict: journal of peace psychology*, 1997, vol.3(4):333-351.

(3) Ver, por exemplo, HOFFMAN, W. Initial impact on plant closings on automobile workers and their families. Em: *Families in society*, 1991, vol. 72(2): 103-107; e JONES, L. Unemployed fathers and their children: implications for policy and practice. Em: *Child and adolescent social work journal*, 1991, vol. 8(2): 101-116.

frente à situação que acaba por capturar a vida de cada um dos implicados por inteiro. Exemplos da situação de encerramento a que o desemprego parece lançá-los não faltam. Encerrados em si próprios e no território familiar, o trabalho psíquico parece restringir-se a uma certa adaptação para ocupar uma vida violentamente contraída. Disse um trabalhador desempregado:

O duro é que todo dia é a mesma coisa. Quando você trabalha, chega fim-de-semana, é uma maravilha! Descansa, chama os amigos, faz um churrasco. Depois, segunda-feira é um horror, acorda cansado da farra do domingo (ri) e vai trabalhar. Mas, quando você ‘tá desempregado’, que bom seria acordar na segunda-feira e ir trabalhar! Mas, não. Todos os dias é a mesma coisa, não tem segunda, não tem terça, nem fim-de-semana. Você sabe que acorda e tem mais um dia pela frente. Agora, é uma questão de acostumar, eu digo pra mulher. É o mesmo quando você muda os móveis da casa de lugar: de início, você entra e estranha, tava acostumado de outro jeito. Mas, aos poucos, vai acostumando. É o mesmo com a mudança de rotina, com a perda do emprego. Precisa acostumar.

Para ele, a vida de trabalho contraiu-se em lembrança, da qual faz parte algo assim como uma esteira sobre a qual desfilam, num fluxo rotineiro, as segundas, terças, quartas, quintas, sextas, sábados e domingos. Ele perdeu a esteira, perdeu a rotina diária, mas não ganhou a liberdade. O tempo mostra-se assustadoramente desempregado, tal como ele: parado, estático. É essa apresentação do tempo que o assusta. E talvez assuste tanto que ele prefere lembrar de uma mudança espacial, da alteração nos móveis da casa, para dar a entender que a gente, ao final, se acostuma. Mas, o que é acostumar-se nessa experiência do tempo?

O desemprego faz emergir uma solidão que parece ameaçar a identidade de cada um dos implicados. Isolados, esse mote enunciado — “aos poucos, a gente vai acostumando” — parece suscitar um movimento no qual são mais conduzidos do que propriamente sujeitos de sua ação. É o patrão que manda embora e é Deus que vai ajudar. É a vida que se agita com uma força e uma violência tão imensas que, se já se era pequeno quando inserido no mundo produtivo, agora se é tão ínfimo que tudo o que resta a fazer é ir tocando o que aparecer no pequeno mundo a que se ficou restrito.

Olha, em casa, sempre tem alguma coisa pra fazer, então a gente tá sempre...modo de dizer, uma pintura, uma reforma...

A gente não aguenta ficar em casa. Eu saio, dou a ronda, vou na casa do meu tio, passo no bar, jogo um dominó.

O real parece ser uma prisão, e os sujeitos demitidos não o são apenas de seu trabalho, mas também de si próprios, de sua condição humana, de seu ir e vir e de seu exercício reflexivo. Eles têm que encontrar uma saída e uma saída, nesse caso, não é metáfora de nada. É conseguir um punhado de reais por mês que garanta a sustentação do precário barraco onde se vive, ou da reposição de móveis que a chuva estragou, como conta um desempregado com quem conversei:

A situação de quem está empregado já está difícil. Realmente, nós sabemos que a inflação está devorando o pessoal. E quem está desempregado, pior ainda, né? Pela graça de Deus, ela continua recebendo uma parcela desse tal de renda mínima. No momento, do que nós estamos sobrevivendo é com isso. Mês que vem, agora, é a última parcela do meu seguro-desemprego, depois só Deus sabe o que vai acontecer... o dinheiro da indenização, os mil e trezentos reais, eu tive que desmanchar uma parte da nossa casa que era de madeira e, quando chovia, entrava água dentro de casa, a madeira já tava caindo, tinha uma parte inteira que praticamente já tinha caído, aí eu comprei o material e construí a parte de madeira em tijolo. Quem é dispensado, tem que pelo menos segurar um dinheiro até arrumar um outro trabalho, mas no nosso caso não foi possível, porque o barraco estava caindo.

Acho que quando não tiver mais dinheiro pra fazer compra, aí é que vai apertar mais a família, porque, com criança pequena pedindo coisa pra comer, não tem... por enquanto, a gente não tá nisso. Estamos sobrevivendo com o seguro-desemprego, né? Mas, agora vai ser a última parcela, aí seria pra ficar mais preocupado, desesperado, mas... tem que procurar uma forma, uma ajuda, né? Então, talvez vocês tenham condições de ajudar nesse sentido também, né?

Desgarrados da possibilidade de serem incluídos no mercado de trabalho, veem-se solitários na luta contra um contexto que os exclui e apresentam entraves difíceis de superar. Nem sequer o sindicato é visto como uma instância de amparo para o terrível conflito de um contra todos a que se veem reduzidos. O substrato materialista de suas vivências é trazido por eles com tanta cruzeza, de forma tão explícita no que diz respeito às mazelas do social, que o que emerge é algo assim como uma pornografia do estado da sociedade, que seria habitada por padrões enganadores e exploradores que tiram o sangue, funcionários desatentos e insensíveis, colegas que fazem qualquer coisa para conservar o seu lugar de trabalho, políticos interessados apenas em obter cargos políticos, radialistas que se oferecem como salvadores, mas que não passam de engabeladores, corpos que são espremidos até o bagaço. Enfim, da fala que eles enunciam pode se desprender um coletivo no qual a violência ganha uma materialização que tende a transformar o social em algo assim como uma máquina sádica que os ameaça. Não que eles não articulem situações que permitem o resgate de todo esse social como um espaço no qual e para o qual vale a pena investir. Claro que sim. Mas a desesperança ergue-se à maneira de um muro intransponível, não só para cada um deles, mas também para os seus. “De que adianta minha filha estudar?”, exclama uma mãe diante dos desesperadores empenhos de sua filha, obturando assim com uma visão realista pessimista os empenhos da jovem. Pelo que pudemos observar, o que eles carregam consigo de forma mais autêntica, se é que assim podemos nos expressar, é a luta contra tudo e contra todos pelo cuidado com aqueles a quem os laços familiares os atam. Parece que o melhor que eles têm para contrapor-se a esse estado de coisas vem do que *Ecléa Bosí* (1973) denomina de uma “moral sustentada pelo grupo primário”, tão contraída, no entanto, que não parece ter existência num marco que transcenda a própria vida familiar deles, e muito menos um ancoradouro na vida social mais ampla. Do coletivo maior, o que chega para eles são frustrações que assumem a forma compactada e imperativa de frases do tipo “está demitido”, “está negado”, “não tem trabalho” e “não é nossa função oferecer empregos” — frases essas que suscitam sentimentos de raiva que “atortentam a pessoa”. Fazem “ficar

sufocado” e “apavorado”, “deprimido”, “sem ânimo” e “sem graça de nada”, subtraindo-os da roda de amigos. E com tanta dor, “que não dá vontade de sair da cama”. Ou seja, o social, o lugar da sociabilidade maior, o lugar que antes oferecia, para além do trabalho, a roda de amigos e as coisas que se deseja, agora parece ganhar um véu refratário, uma cortina que os separa e divide o mundo em dois: eles e os outros. E eles como que se desconectam, talvez porque o mundo maior, o social do qual fazem parte, apenas os frustra, ao produzir milhões de desempregados e poucos, para não dizer nenhum sinal de que, de algum modo, o destino deles é motivo de preocupação desse coletivo. O que eles não encontram de modo geral são sinais de que o drama da vida deles é levado seriamente em consideração. É como se o social também se desconectasse de seus destinos, entregando-os a si mesmos contra todos. O que não os faz soçobrar de vez é algo que advém da frágil, porém poderosa, estrutura familiar que cada um carrega. Frágil porque, sentindo o impacto de todas as transformações econômicas, são famílias em processos de profunda mutação, núcleos que devem agregar outros membros ou, ao contrário, em processos de separação; e ainda, sobre esses radicais processos de reorganização e/ou desestruturação familiar, deve-se ter presente a tendência que esses núcleos apresentam para realizar deslocamentos, seja de um bairro para outro ou de São Paulo para outros estados. Trata-se de grupos familiares que devem acolher a mãe ou o irmão distantes, ou que dependem dos parentes para obter a casa em que vivem ou o dinheiro do pão e leite de todo dia. Frágil também porque a situação do casal está sempre em questão, num clima tenso que os faz “engolir em seco” as frustrações que vão se acumulando, o medo diante da incerteza, e põe em cena ter que provar uma impressionante capacidade de amar apesar de tudo. As figuras parentais também ficam em questão e, com elas, a sua autoridade diante do grupo familiar, num jogo em que ora soçobram, ora são resgatados, sem uma conclusão definida. As repercussões do drama da falta de trabalho em um dos pais são enormes na vida dos filhos, se é que podemos fazer do grupo com que conversamos um padrão para estudo. Todos os filhos, de algum modo, têm que lidar com a incerteza que a falta de trabalho dos pais suscita. E a tendência para o extravio é grande. Quase todos os que participaram de nossa pesquisa trazem um sentimento de que, se para eles está difícil arrumar emprego por causa da idade ou dos entraves advindos da própria história de trabalho, para os filhos as coisas não se apresentam mais fáceis, deixando pairar sobre todos, de algum modo, a sombra de que a maldição do desemprego, por assim dizer, possa cair também sobre os filhos. Cada membro da família tem que acolher o outro, desesperadamente. Se não o faz, é insensível. Não pode, como me disseram, “jogar na cara”. E todos parecem saber do quão importante é acolher aqueles que o mundo do trabalho abandonou. Esse é um aspecto que ganha um traço quase que moral, apesar de se sustentar sobre um sem fim de sentimentos ambíguos, fruto azedo da angústia, do medo e da incerteza. Não se pode fazer justiça na própria casa, não a justiça que o social faz. Não se pode avaliar as pessoas como o mundo administrado lá fora o faz, isto seria perder o coração. Como diz *Christopher Lasch* (1991), a família é uma célula protetora ou acolhedora num mundo sem coração. E é essa função protetora e acolhedora que é posta em questão diante do trauma do desemprego. Às vezes, são as intervenções dos filhos as responsáveis pela manutenção de um frágil equilíbrio entre os pais, demandando de um e de outro forças para se manterem juntos. Faz parte da esperança desesperançada que vivem a resposta positiva do núcleo familiar, principalmente em relação aos homens desempregados, que tendem a ver a si próprios

sob a moldura de um amor próprio ferido profundamente. Serem acolhidos pela família ou pela companheira é tudo que lhes resta. Eles retraem-se na moral familiar, como desterrados do mundo social. E habitam o círculo familiar como refugiados que se acolhem e se abrigam, se protegem e se amparam por entre as redes do tecido familiar. Porém, sentem-se lá dentro banidos do seu lugar natural, convivendo de forma desequilibrada, como estranhos no ninho em torno dos afazeres domésticos. Verdade que tendem a adaptar-se. Mas, não é o natural. Já as mulheres parecem realizar o movimento oposto: as mazelas do mundo do trabalho favorecem o emprego do feminino, ou seja, o emprego temporário, quebra-galho, sem carteira assinada e sem maior responsabilidade por parte do empregador do que o aqui-e-agora. Lavadeiras, vendedoras ambulantes, faxineiras, empregadas domésticas, enfim, toda uma série de serviços temporários e informais oferecem-se como alternativas para o ingresso de algum provimento, tendendo a inverter-se assim, de algum modo, os papéis desempenhados pelo casal parental, transformando ela em provedora e ele em responsável pela organização doméstica. Para as mulheres, esta situação não parece ser algo novo. Elas parecem muito mais disponíveis e aptas para o papel de provedoras do que eles para serem enredados na organização da casa. Precisa de muita campanha externa para sentirem-se bons cozinheiros, guardiões dos filhos, lavadores de louça e de roupa. De algum modo, o desemprego os degrada, ao transformá-los em cuidadores da casa. Não gostam, não parece ser coisa para homem. Tornam-se moralistas, demandam um amor e uma fidelidade infinitos e observam com inveja o desempenho das mulheres fora de casa. O desemprego, para os homens, põe em xeque a própria moral deles. Não é apenas uma violência pessoal, não é apenas uma ferida interna, mas é o próprio chão ideacional sobre o qual estão implantados que parece ecoar junto com o mundo do trabalho e tende a expulsá-los. Os acontecimentos aqui se precipitam com muito mais velocidade do que a acomodação de todo o sistema de valores — duro e complexo como uma rocha — sobre o qual se legitimam e a partir do qual são legitimados. O desemprego demanda deles uma abertura para um enorme rearranjo de si, e nem sempre há disponibilidade para tanto. As mulheres, mesmo que muitas vezes mais atadas à vida familiar — e quem sabe também por isto mesmo —, tendem a realizar um processo de reorganização que leva em consideração o real — uma vez que o mundo do trabalho muitas vezes prefere o feminino para atividades informais, sem vínculo empregatício — e possibilita a emergência de situações concretas que deem conta, ainda que minimamente, do cotidiano, funcionando elas como verdadeiros rebocadores que, tomando a iniciativa e a dianteira, arrastam, com o seu esforço, o pesado fardo familiar, em cujo núcleo frequentemente esconde-se um homem magoado e ferido.

A família é o núcleo central de elaboração, o território que resta para uma reorganização da nova realidade situacional que o desemprego gerou. E constitui-se num privilégio inestimável o daqueles que podem contar com uma estrutura familiar mais tolerante e disponível para acolher toda a carga pesada que o desempregado traz pra casa, e que supera em muito a já difícil situação econômica. Pois aqui não se trata apenas da falta de dinheiro, mas da sobra de frustrações e carências que os envolve por inteiro como existentes, colocando em questão suas competências de um modo tão intenso que suspeitam de sua legitimidade para existir. E, assim, oscilam entre o sentimento de fracasso e a humilhação de viver dos favores e da boa vontade dos familiares, numa dinâmica que só a constância de um cotidiano familiar mais estável é capaz de catalisar, promovendo uma transformação que os reafirma enquanto existentes mais plenos. Mas, apesar da

família ser este insubstituível território de reorganização pessoal, não se pode pedir a ela que se transforme na totalidade do território existencial de seus membros. Talvez os idosos contraiam a sua existência à vida familiar. Porém os desempregados, que se veem forçadamente contraídos para dentro da família, deixam em aberto pontes fundamentais para com o mundo mais amplo que a família. E a falta de conexão com a outra margem traduz-se em algo assim como veias abertas por onde escoa uma sangria identitária, um esvair-se constante de tudo aquilo que lhes permitia reconhecer-se afirmativamente como homens. E todo o amparo familiar, quando este existe, não é suficiente para estancar essa sangria. É que a dimensão do trabalho não é essencial apenas para o ganha-pão, como deixaram claro quase todos com quem conversei. “O que se come no trabalho é mais gostoso”, não apenas porque está garantido um mínimo de dinheiro, mas porque, trabalhando, reafirma-se o homem. E não adianta insistir na ideia de que organizar a casa é da mesma natureza que cumprir uma função no mundo social mais amplo, cujo eixo está sempre do outro lado da porta da casa. *Freud* afirmava que a saúde psíquica sustenta-se sobre dois pilares: o amor e o trabalho. Manca de um, a família não apenas desequilibra-se, como também é incapaz de clonar em seu interior a reconstituição deste pilar. Se bem que muitas vezes a coluna do amor possa passar a ser vivida como sendo o trabalho dos membros para conter as desventuras e amarguras de quem foi deixado de fora ou expelido do mundo do trabalho. De qualquer forma, trabalham os outros membros para suportar aquele que perdeu o trabalho. E o desempregado em casa será sempre um desempregado em casa, ainda que pinte paredes, arrume o telhado, lave louça, cuide dos filhos, cozinhe etc. Nada disto substitui o mundo do trabalho. Hoje em dia, muitos autores [ver, por exemplo, *Gorz* (1987) e *Offe* (1985)] afirmam que, na contemporaneidade, o mundo do trabalho perdeu a sua centralidade na vida dos homens. Teria se dado um processo no mundo do trabalho tal que, por assim dizer, o homem estaria, em grande parte de seu tempo, dispensado da produtividade. As máquinas trabalhariam por si sós, a produção aconteceria enquanto os homens ficassem recolhidos à fruição de produtos culturais, lazer e afazeres pessoais. Verdade que está tentando se inventar um novo homem. E verdade que o homem é capaz de desdobramentos transformadores incríveis, como a história mostra. Mas, na realidade do nosso Brasil e, mais especificamente falando, na realidade das populações que lutam pela sobrevivência diária sem ter garantido nem sequer o teto, o alimento, a saúde, a vestimenta e a educação dos filhos, todo esse debate tão presente em países do primeiro mundo sobre a substituição do trabalho por outras formas de viver soa estranho. O que desesperadamente as pessoas que atendemos buscam é trabalho, porque para elas o trabalho é o lugar da própria afirmação de suas existências. *Sylvia Leser de Mello* mostra em *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo* — fruto de uma longa escuta de mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas, todas elas moradoras da Vila Helena, um bairro na periferia de São Paulo, e oriundas da mesma região rural de Minas Gerais — como o trabalho ocupava um lugar tão central que, de acordo com a autora, confundia-se com a própria vida. O trabalho, para elas, era a forma de resistir às desesperanças, de afirmar a continuidade da vida. “Porque trabalhar é mais do que sobreviver: de certo modo, é colocar as coisas no lugar, arrumar o mundo, dar ordem nas circunstâncias, que, de outra maneira, seriam devastadoras” (p. 168). E mais, para essas mulheres, trabalhar era opor-se à desesperança:

se o trabalho é a resposta de que dispõem para enfrentar [os conflitos], é porque não se permitem mergulhar na desesperança. Elas conhecem bem demais, porque convivem diariamente com ele, o caminho que pode tomar a desesperança. Acompanharam passo a passo a destruição de seres humanos. Viram o último reducto de dignidade, o orgulho pobre e secreto de ser capaz de vencer as dificuldades, ser invadido pela bebida, pela doença mental, pela violência. (p. 187)

E nós podemos, pela nossa experiência, ampliar essas reflexões de *Sylvia Leser* para todo o conjunto de pessoas com quem trabalhamos, homens e mulheres. O trabalho que elas demandam reiteradamente não é apenas o meio de ingresso de um dinheiro miúdo, mas a própria afirmação da existência delas. Buscam trabalho porque se amarram à vida e só conseguem se ver fazendo parte da vida trabalhando. É mais do que um equilíbrio psíquico que aqui está em jogo. É a própria existência. É a vida que só é vida quando também se trabalha. O trabalho é o legítimo território do estreito laço que existe entre a vida psíquica e a realidade sociopolítica-econômica porque, no circuito da família, o espaço de socialização contrai-se de tal maneira que essa realidade mais ampla, a dimensão sociopolítica-econômica, tende a esvair-se. Trabalhando, ocupa-se um espaço que legitimamente é o lugar da sociabilidade, o nexos entre eles e a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléa. *Cultura de massas e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, à desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. *Saúde e loucura*, n. 4, p. 21-48, 1997 (tradução brasileira extraída de DONZELOT, Jacques. (org.) *Face à l'exclusion: le modèle français*). Paris: Éditions Esprit-Le Seuil, 1991.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. RJ: Editora FGV, 1999.
- FEITOSA DOS SANTOS, João Bosco. *O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. SP: Annablume, 2000.
- FREUD, Sigmund. (1930). *O mal-estar na civilização*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. RJ: Imago, 1974.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. RJ: Forense Universitária, 1987.
- JAHODA, Marie. *Emprego y desempleo*. Madrid: Ediciones Morata, 1987.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração — a família: santuário ou instituição sitiada?* RJ: Paz e Terra, 1991.
- MANDELBAUM, Belinda. *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*. São Paulo: IP/USP, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-12012007-162027>>.
- MELLO, Sylvia Leser. *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. SP: Ática, 1988.
- OFFE, Claus. Trabalho: categoria sociológica chave? Em OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*. SP: Brasiliense, 1985.